



**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**  
**OXIGÊNIO MEDICINAL — Secretaria Municipal de Saúde**

**1. OBJETO**

1.1. Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio de Pregão Eletrônico, para futura e eventual aquisição de recargas de oxigênio medicinal e itens correlatos (válvulas reguladoras com fluxômetro e mensalidade de locação de cilindros), de forma fracionada, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Flor da Serra do Sul/PR — fornecimento a pacientes em oxigenoterapia domiciliar prolongada, abastecimento da Unidade Básica de Saúde e das ambulâncias municipais —, conforme especificações abaixo.

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

IT EM	PRODUTO / SERVIÇO	UN D.	QTDE	MÉDIA ARITMÉTICA	TOTAL
01	Recarga de OXIGÊNIO MEDICINAL, em cilindros de 7 Litros (~1m³).	UN	200	172,60	34.520,00
02	Recarga de OXIGÊNIO MEDICINAL, em cilindros de 20 Litros (~4m³).	UN	200	233,70	46.740,00
03	Recarga de OXIGÊNIO MEDICINAL, em cilindros de 40 Litros (~7m³).	UN	500	334,29	167.145,00
04	Válvula reguladora para cilindro de oxigênio medicinal com fluxômetro.	UN	10	505,31	5.053,10
05	Mensalidade por Cilindro para Locação de Casco 7m³, 4m³ e 1m³.	UN	500	101,08	50.540,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>					<b>303.998,10</b>

2.1. Para os itens 01, 02, 04 e 05, cujo valor total estimado é igual ou inferior a R\$ 80.000,00, a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

**2.2. Especificações qualitativas mínimas:**

I — O oxigênio medicinal deverá apresentar pureza mínima de 99,5% (v/v), conforme monografia da Farmacopeia Brasileira (edição vigente);

II — Os cilindros deverão estar identificados conforme ABNT NBR 12176 (corpo branco para oxigênio medicinal), com gravação dos dados de envase, lote, data de validade e responsável técnico;

III — As válvulas reguladoras (item 04) deverão ser compatíveis com cilindros de oxigênio medicinal, com fluxômetro graduado em L/min, manômetro de pressão de entrada, conexão CGA-540 ou padrão equivalente nacional, atender à ABNT NBR ISO 10524 e possuir registro/notificação na ANVISA quando aplicável;

IV — A locação de cilindros (item 05) compreende o fornecimento dos cascos vazios (1m³, 4m³ e/ou



7m³) e a sua manutenção em condições adequadas de uso durante toda a vigência contratual, com substituição imediata em caso de defeito identificado pela fiscalização.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**

3.1. Os objetos desta licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade objetivamente definidos por normas técnicas (Farmacopeia Brasileira, ABNT, ANVISA), conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contado a partir da assinatura, será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos e mediante anuência do fornecedor.

4.2. No ato da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.3. O ato de prorrogação de vigência da Ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.4. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.5. A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e esse instrumento deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

### **5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

5.1. O oxigênio medicinal é insumo terapêutico classificado como medicamento pela RDC ANVISA nº 870/2024 e a sua disponibilidade contínua é condição indispensável à preservação da vida de pacientes oxigênio-dependentes e ao funcionamento regular dos serviços de saúde do Município.

5.2. A demanda municipal divide-se em três frentes:

**a) Oxigenoterapia domiciliar prolongada** — pacientes cadastrados na Atenção Básica, em regime de uso contínuo de oxigênio em residência, em razão de doenças respiratórias crônicas;



**b) Unidade Básica de Saúde** — disponibilidade ininterrupta para atendimentos de urgência e emergência;

**c) Ambulâncias municipais** — suporte de vida durante o transporte sanitário, especialmente nos deslocamentos a hospitais de referência regionais.

5.3. Considerando a imprevisibilidade do consumo, a inexistência de central municipal de gases medicinais, a necessidade de logística de troca de cilindros com responsabilidade técnica, e a experiência exitosa do Pregão nº 3/2024 (Processo nº 6/2024), justifica-se a contratação por Sistema de Registro de Preços, modalidade que permite parcelar o fornecimento conforme a demanda real.

5.4. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico atende aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da economicidade e da ampliação da competitividade, nos termos do art. 5º e do art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

6.1. A presente contratação foi definida como a alternativa mais adequada para atender às necessidades da Administração Pública, pois possibilita o suprimento contínuo das demandas da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo eficiência tanto sob o aspecto técnico quanto econômico.

6.2. Foi descartada a hipótese de aquisição direta com formação de estoque, em razão da impossibilidade de armazenamento de gases medicinais em larga escala e da exigência de responsável técnico para a guarda. A hipótese de credenciamento também foi afastada por concentração do mercado fornecedor regional em poucos distribuidores autorizados pela ANVISA.

6.3. Optou-se pelo modelo de Sistema de Registro de Preços com Pregão Eletrônico, permitindo a aquisição parcelada conforme a demanda das secretarias requisitantes. A decisão também se fundamenta na experiência obtida nas aquisições anteriores deste objeto, especialmente o Pregão nº 3/2024, que tiveram êxito na execução.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1. SUSTENTABILIDADE**

7.1.1. Deverão ser observados critérios e práticas de sustentabilidade em conformidade com inciso IV do art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I — Promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com o art. 225 da Constituição Federal e o art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

II — Uso racional de recursos, energia e água, com adoção de medidas para evitar o desperdício;

III — Conformidade com requisitos legais, regulamentos e legislação ambiental aplicáveis;

IV — Vedação a quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores;





V — Treinamento e capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

VI — Destinação ambientalmente adequada de resíduos, observada a Lei nº 12.305/2010 (PNRS);

VII — Obediência à Lei Federal nº 9.605/1998 — sanções aplicáveis aos crimes ambientais.

## 7.2. AMOSTRAS

7.2.1. Não se aplica, em razão da natureza do objeto e da existência de normatização técnica específica que define os padrões qualitativos exigíveis (Farmacopeia Brasileira e RDC ANVISA nº 870/2024).

## 7.3. SUBCONTRATAÇÃO

7.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 8. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão de o objeto e a forma de contratação não a exigirem por sua natureza, observado o disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO

### 9.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1.1. O fornecimento será parcelado, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a demanda real.

9.1.2. O prazo de entrega das recargas de oxigênio medicinal (itens 01, 02 e 03) será de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser exigida **entrega imediata em caráter de urgência justificada** para atendimento a paciente em situação de risco.

9.1.3. O prazo de entrega das válvulas reguladoras (item 04) será de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, com apresentação de Certificado de Calibração e manual do fabricante.

9.1.4. A locação de cilindros (item 05) terá início na primeira entrega de oxigênio e a contagem da mensalidade considerará apenas os cilindros efetivamente disponibilizados ao Município.

9.1.5. A entrega será realizada nos pontos indicados pela Secretaria Municipal de Saúde — Unidade Básica de Saúde, garagem das ambulâncias municipais e residências de pacientes em oxigenoterapia domiciliar — sem custo adicional ao Município.

9.1.6. O transporte é de responsabilidade exclusiva da Contratada, observando-se as normas de transporte de produto perigoso (Resolução ANTT nº 5.232/2016, gases não inflamáveis e não tóxicos — Classe 2.2), em veículo identificado e operado por pessoal qualificado.



9.1.7. A cada entrega, a Contratada deverá apresentar:

- Nota Fiscal eletrônica em nome do Município de Flor da Serra do Sul-PR, com indicação do número da licitação, do item e do número do lote;
- Laudo de controle de qualidade do lote, com indicação do teor de oxigênio, número de lote e validade;
- Comprovante de calibração das válvulas reguladoras (item 04), quando aplicável.

9.1.8. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, da ANVISA, do INMETRO e da Farmacopeia Brasileira, especialmente no tocante a vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam.

## **9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.2.1. São obrigações da Contratada:

- a) Cumprir fielmente as cláusulas e condições da futura Ata de Registro de Preços e do contrato dela derivado;
- b) Assumir a responsabilidade integral pelo fornecimento do produto, incluindo qualidade, procedência e adequação à Farmacopeia Brasileira;
- c) Garantir o perfeito funcionamento, de forma ininterrupta, do serviço de fornecimento enquanto perdurar a vigência da Ata e do contrato;
- d) Fornecer produtos conforme as normas da ANVISA, da ABNT e do INMETRO;
- e) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo prontamente às reclamações;
- f) Assumir integralmente a responsabilidade pelo transporte, incluindo eventuais multas, taxas e indenizações decorrentes;
- g) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer item que se mostrar fora das especificações ou que apresentar defeito;
- h) Manter responsável técnico habilitado pelo Conselho competente (CRF, CRQ ou CREA), com vínculo formal com a empresa, durante toda a vigência contratual;
- i) Manter, durante toda a execução do contrato, a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE/ANVISA), Licença Sanitária e demais autorizações dentro da validade;
- j) Disponibilizar, mediante solicitação da fiscalização, laudo de qualidade do lote em fornecimento, sem custo adicional;
- k) Garantir que os produtos estejam em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR, do INMETRO e da ANVISA, conforme o caso, mediante apresentação de certificado quando aplicável;
- l) Aceitar as alterações contratuais nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, em especial os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial pactuado;
- m) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução contratual;
- n) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **9.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**





- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidores especialmente designados;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

#### **9.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.4.1. O licitante e a Contratada que incorrerem em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Regulamentador Municipal nº 13/2024, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

#### **10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

10.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização.

#### **10.6. DA FISCALIZAÇÃO**

10.6.1. O fiscal da Ata de Registro de Preços e do contrato dela derivado será designado por portaria após a homologação da licitação, recaindo a indicação preferencialmente sobre servidor da Secretaria Municipal de Saúde com formação técnica compatível.

10.6.2. Compete ao fiscal:

- Prestar apoio técnico e operacional ao gestor da Ata, com a realização das tarefas relacionadas ao



- controle dos prazos contratuais e à formalização de apostilamentos e termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- Anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
  - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
  - Verificar a validade da AFE/ANVISA, da Licença Sanitária e do Atestado de Capacidade Técnica da Contratada, durante toda a vigência;
  - Demais funções previstas na regulamentação municipal — Decreto nº 058/2023.

## **10.7. GESTOR DO CONTRATO**

10.7.1. O gestor da Ata de Registro de Preços será o(a) Secretário(a) Municipal de Saúde do Município de Flor da Serra do Sul, com apoio do(a) Secretário(a) Especial de Administração e Planejamento.

10.7.2. Compete ao gestor:

- Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- Demais funções previstas na regulamentação municipal.

## **11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO**

### **11.1. DO RECEBIMENTO**

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata.

#### **11.1.1. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

11.1.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.1.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, no caso de oxigênio medicinal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da notificação, e, no caso de válvulas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### **11.1.2. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

11.1.2.1. Os bens serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, do laudo de qualidade do lote, e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, nos termos do Decreto Regulamentador.



## **11.2. LIQUIDAÇÃO**

11.2.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Flor da Serra do Sul-PR, constando o número da licitação, o item e a validade dos produtos, para fins de rastreabilidade.

11.2.2. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de até 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento da Contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débito, prorrogáveis por igual período.

11.2.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos e enquanto não forem sanadas eventuais irregularidades constatadas.

## **11.3. FORMA DE PAGAMENTO**

11.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da liquidação.

11.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, a taxa de compensação financeira será calculada mediante a aplicação do índice INPC ou outro que vier a substituí-lo.

11.3.3. A Contratante realizará as retenções tributárias a que for legalmente obrigada, nos termos da IN RFB nº 1.234/2012 e atualizações posteriores.

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **12.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

12.1.2. O modo de disputa será aberto e fechado.

### **12.2. FORMA DE FORNECIMENTO**

12.2.1. A aquisição se dará de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

### **12.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

12.3.1. As exigências de habilitação:





a) As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais, contidas no Anexo II do Edital;

b) Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos serão: certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor — Lei nº 14.133/2021, art. 69, II;

c) Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:

I — Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA para gases medicinais, dentro da validade;

II — Licença Sanitária ou Alvará Sanitário, em vigor, expedido pela autoridade sanitária competente do domicílio da licitante;

III — Certidão de Responsabilidade Técnica do Conselho profissional competente (CRF, CRQ ou CREA), comprovando vínculo de profissional habilitado à empresa licitante;

IV — Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento anterior de oxigênio medicinal em quantidades e características compatíveis;

V — Para o item 04 (válvulas reguladoras), apresentação de Registro do produto na ANVISA ou notificação dispensada conforme o enquadramento aplicável (RDC ANVISA nº 751/2022).

d) Os critérios de aceitabilidade de preços serão: estarem dentro do valor máximo estipulado em edital e os produtos atenderem às normas de qualidade exigidas;

e) O critério de julgamento da proposta está definido nas Condições Específicas do Pregão;

f) As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital;

g) É permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação na ordem de classificação.

### **13. ESTIMATIVA DE PREÇO**

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 303.998,10 (trezentos e três mil, novecentos e noventa e oito reais e dez centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 2 deste Termo de Referência e detalhados na Cesta de Preços anexa.

### **14. DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações nos preços registrados reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O fornecedor é obrigado a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial pactuado.

14.3. As alterações deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia



aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.

14.4. Registros que não caracterizam alteração podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.5. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, observadas as hipóteses do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **15. DO REAJUSTE**

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta apresentada.

15.2. Após o decurso de um ano, havendo pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.5. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

## **16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, na unidade da Secretaria Municipal de Saúde, exercício corrente.

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16.3. Dotação Orçamentária: [A SER COMPLETADO — preencher pela Contabilidade após indicação da rubrica específica].

## **17. APÊNDICE DO ANEXO I — ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

17.1. O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelos Decretos Municipais aplicáveis e as orientações constantes da minuta





padronizada aprovada, bem como o Estudo Técnico Preliminar elaborado e juntado aos autos.

Flor da Serra do Sul – PR, 08 de Maio de 2026.

  
\_\_\_\_\_  
**RUSCAIA MATTOS**

Servidor técnico — Secretaria Municipal de Saúde

**AUTORIZAÇÃO:**

  
\_\_\_\_\_  
**NELSON ALOÍSIO KUNSLER**

Secretário Municipal de Saúde

**Nelson Aloísio Kunsler**  
Secretário Mun. de Saúde  
CPF 308.695.870-72